

Pessoa e a geração pós-25 de Abril

[Pessoa and the post-April 25 generation]

Lúcia Helena Marques Ribeiro*

Palavras-chave

Fernando Pessoa, História, Literatura pós-25 de Abril, Guerras Coloniais.

Resumo

A história de Portugal nasce oficialmente quando Afonso Henriques se torna o primeiro rei, depois de vencer a guerra contra sua própria mãe na Batalha de São Mamede, quase ao mesmo tempo em que Paio Soares de Taveirós compunha a *Canção da Garvaia*. Assim, Nação e Literatura nascem juntas. A história desse Império foi recontada muitas vezes, desde o seu primeiro rei até Inês de Castro, feita rainha depois de morta; passando pela conquista dos mares, por D. Sebastião, o jovem rei desaparecido no deserto e eternamente esperado no imaginário do seu povo. Fernando Pessoa reafirma essa reescrita da história feita pela literatura portuguesa quando seus versos imploram ao Infante: “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”. O país permaneceu sob ditadura por mais de 40 anos no século XX, comandado por António de Oliveira Salazar. Este texto tem por objetivo refletir sobre a presença de Pessoa e dos autores pós-25 de Abril na literatura portuguesa dos séculos XX e XXI.

Keywords

Fernando Pessoa, History, Post-April 25th Literature, Colonial Wars.

Abstract

The history of Portugal officially begins when Afonso Henriques becomes the first king after defeating his own mother in the Battle of São Mamede, around the same time that Paio Soares de Taveirós composed the *Song of Garvaia*. Thus, Nation and Literature are born together! The history of this Empire has been rewritten many times, from its first king to Inês de Castro, crowned queen only after her death; through the conquest of the seas; to D. Sebastião, the young king who vanished in the desert and remained forever awaited in the imagination of his people. Fernando Pessoa reaffirms this literary rewriting of history when his verses plead to the Infante: “Lord, Portugal remains to be fulfilled!” The country remained under dictatorship for over 40 years in the 20th century, led by António de Oliveira Salazar. This paper aims to reflect on the presence of Pessoa and post-April 25 authors in Portuguese literature of the 20th and 21st centuries.

* Professora do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília – UnB, vinculada ao Programa de Pós-Graduação – PÓS-LIT, atuando na Linha de Estudos Comparados.

O Núcleo da Acção Nacional, que em várias horas necessárias tem intervindo – suavemente, como é seu modo; obscuramente, como é seu mister — na vida da Nação, pediu-nos, que todavia a ele não pertencemos, que escrevêssemos, por ser a ocasião de o fazer, um esboço ou breve formulário do que, em nosso entender, poderia ou deveria ser o Portugal futuro em as várias manifestações da sua vida colectiva [...] Este opúsculo trata exclusivamente da defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal e do que, em conformidade com essa defesa, chamamos as Doutrinas do Interregno.

(Pessoa, 1928: 5; cf. <https://purl.pt/13962>)¹

Nesse texto, de 1928, chamado “Defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal”, Fernando Pessoa constrói em três etapas o que seria uma justificativa para a instalação de uma ditadura Militar em Portugal a qual, para ele, deveria ser um “Estado de transição”, com uma robusta argumentação sobre a situação política, social e econômica precária pela qual o país passava desde o final do século XIX.

Recorrendo a princípios da Estética da Recepção (ver: ZILBERMAN, 1989), Jauss e Iser propõem como “história eficaz” ou “fusão de horizontes”, o movimento de ler um texto do passado a partir do seu efeito no presente; ou, dito de outro modo, o leitor de qualquer tempo traz, no ato da leitura, as suas preconcepções, tanto quanto o autor trouxe, para o seu texto, as suas. Assim, cada período histórico carrega consigo uma nova forma de compreender o que foi produzido em outra época, sendo que a relevância da interpretação está em entender o produto de uma era:

A Mariano, devolveram-lhe morto aos pais que o criaram para aquilo, com o agradecimento da Pátria pelos serviços prestados, e dedicaram-lhe a rua mais pequena da aldeia, com uma lápide funerária a honrar-lhe o feito de não estar vivo. A ele, abriram-lhe e coseram-lhe a barriga com o mesmo cuidado com que a mãe punha os alfinetes das fraldas em pequenino, e alimentaram-no a soro com o mesmo carinho com que ela lhe dava o peito [...] E sempre que as mãos da morte pudessem tocá-lo e sacudissem, sem destruí-las de vez, as fundas raízes da vida, haveriam de juntar os restos do homem que sobrasse, reuni-los com paciência infinita, e recomendar-lhe, de novo, a missão de morrer a sério pela Pátria. Dali, só sairia, antes do degredo programado, num caixão definitivo, ou tão desfeito que não prestasse, ao menos para alvo. E era com todos assim: o cuidado de consertar os ossos desconjuntados, de tapar as luras que as balas abriam à procura da própria alma [...] Mas os bisturis não chegavam à alma, as agulhas só cosiam a pele ou as entranhas, o edifício de que se faz um homem acaba por ficar definitivamente em ruínas.

(SÁ, 1992: 18)

¹ Também se encontra em PESSOA (1979: 301-328) e em PESSOA (2015: 105-132). Cf. Biblioteca particular, onde é possível descarregar uma cópia eletrônica: <https://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-90LMR> ; e <https://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-86>

Este texto é do escritor açoriano Daniel de Sá, em sua obra *Ilha grande fechada* publicada em 1992. Mais de sessenta anos separam a epígrafe e o trecho citado. Há também uma distância histórica que compreende mais de quarenta anos de uma ditadura e das três frentes de guerras coloniais que manteve em África (Angola, Moçambique e Guiné Bissau).

Daniel de Sá, em seu romance, propõe remexer no terreno minado dos sentimentos patrióticos dos portugueses quando transforma em romeiro um ex-combatente que, antes de emigrar, cumpre a sua promessa feita no campo de batalha, para o caso de sobreviver. No primeiro capítulo, João, o protagonista, começa a rememorar a guerra, descrevendo o seu cotidiano com a morte no cenário bárbaro da Guerra colonial. Aprendeu, então, que o medo tem muitas faces. O medo de enchentes e de terremotos havia ficado no seu arquipélago, muito mais além do que a distância geográfica media. Nesse capítulo, intitulado “Lugar de massacre”, como o livro de seu conterrâneo José Martins Garcia, de 1975, são descritos momentos de uma guerra absurda. João vê seus companheiros morrerem e também é ferido: “A cruz de guerra de quarta classe era, pois, o seu diploma de herói. Custara-lhe metade da vida em vinte e seis meses de morte” (SÁ, 1992: 16). Uma rajada de metralhadora lhe abriu a barriga e lhe deixara impresso na alma todos os horrores que havia vivido na guerra em África.



Fig. 1. *Interregno* (Lisboa: Nucleo de Acção Nacional, 1928)

Fig. 2. *Ilha Grande Fechada* (Lisboa: Salamandra, 1992)

A literatura da guerra colonial portuguesa enfoca, preferencialmente, a experiência desse período que vai de 1961 até 1974. Coube a ela trazer à tona os fatos que contrariavam a história oficial. A política colonial teve como consequência a entrada de Portugal em três frentes de guerra, obrigando o país a manter enormes contin-

gentes militares, o que representou, além dos gastos dos recursos nacionais, perdas de vidas e a revolta dos que eram obrigados a servir nas linhas de batalha:

Há uma herança de contradições, e esta geração foi a que herdou o peso da História que lhe é anterior. Quando partimos para a escrita dos romances da guerra estávamos cilindrados por coisas que não entendíamos. Éramos rapazinhos rapados de 20 anos, diziam-nos que era preciso ir para a África defender a Pátria; e na sua inocência justa, os que não possuíam formação política quase conseguiam acreditar. A guerra que nós vivemos é a história de um grande logro. Foi lá que soou dentro de nós a campainha de alarme. Ao que leva ao golpe de Estado do 25 de Abril é fundamentalmente o problema de acabar com a guerra. Não me venham cá com histórias!

(MELO, 1988)

Estas palavras são de João de Melo, que participou na guerra colonial em Angola entre 1971 e 1974.

Em 25 de abril de 1974, um movimento surgido nas camadas de baixa patente do exército português derruba o regime salazarista; extingue-se o Estado Novo. A Revolução dos Cravos, como foi chamada, propõe a anistia aos presos políticos, o fim da política colonial em África, a liberdade de organização política e a prisão para os responsáveis pelos crimes do regime salazarista. Cai também a censura e um grande número de obras literárias passa a ser publicado.

A chamada Literatura pós-25 de Abril, concebida na verdade desde muitas décadas antes, trazia narrativas que tinham a força do testemunho desses autores que viveram a realidade da guerra e dos desmandos de uma ditadura que mantinha polícias políticas e agentes infiltrados por todos os lados. Eram escritores portugueses e africanos que continuaram a cumprir o papel de revisão da história e da resignificação da ideia de nação, como os açorianos João de Melo, Daniel de Sá, José Martins Garcia, Álvaro Oliveira, ou os já consagrados Jorge de Sena, José Cardoso Pires, Lídia Jorge, Natália Correa, António Lobo Antunes, e os africanos Luandino Vieira, Manuel dos Santos Lima, Pepetela, entre tantos.

Mais recentemente, há uma tentativa de nomear essa literatura que trata dos temas das guerras coloniais de “literatura de guerra”, ou “literatura pós-colonial”. Na verdade, mais importante do que o título é a qualidade estética que tais obras apresentam. Autores portugueses e africanos apresentam nas suas narrativas o espaço da guerra e do pós-guerra como representação de uma história recente. Trata-se do espaço da memória ficcionalizado como forma de não esquecimento:

O problema é o da emergência de um tempo histórico. Há uma literatura que nasce num certo tempo e em circunstâncias muito precisas. Quando existe um país que implícita ou explicitamente tenta absorver um delito da memória, quando se recusa a analisar o problema da guerra, parece que coube à literatura esse papel.

(MELO, 1988)

Para Melo, quando uma nação tenta silenciar ou apagar aspectos problemáticos do seu passado, a literatura acaba por assumir a responsabilidade de preservar essa memória e refletir criticamente sobre certos temas.



Fig. 3. Entrevista a João de Melo (pormenor).

João de Melo, serviu como furriel enfermeiro no serviço de saúde quando, em 1970, foi incorporado ao Exército Português e mandado para o norte de Angola. Desses 27 meses em plena zona de combate, junto à República do Zaire, exatamente onde entravam e saíam as forças da resistência africana, nasceu *Memória de ver, matar e morrer*, um diário do cotidiano da guerra, que se transformou mais tarde na obra *Autópsia de um mar de ruínas*:

Borras de sangue apodreciam já a saída das bocas engelhadas, de súbito tão velhas como as dos centenários, quem sabe se amolecidas pelo mesmo sono palustre e mortal. Restos de goma e de saliva ensanguentada misturavam-se a baba das moscas-de-estrupe e das grandes aranhas cor-de-castanho – e talvez não haja, nem possam existir, palavras nem ideias, nem fortes sensações de vivos para observar semelhantes mortos. Não é possível, ninguém conseguirá nunca sobre eles deixar escrita a memória desse dia, talvez, só um grito, pensei, um berro altíssimo e distante, uma voz erguendo-se no espaço fora do tempo e de toda a memória [...] Só isso, ou o meu silêncio de agora, pensei perante a visão daqueles corpos. Eram nove rapazes da minha idade, mas todos tinham deixado de valer.

(MELO, 1997: 55)

Nessa obra, *Autópsia de um mar de ruínas*, várias são as vozes narradoras. Dois personagens, porém, Renato e um furriel enfermeiro tentam dar ordem a uma narrativa que não preza pela linearidade.

As atrocidades cometidas pelas tropas portuguesas, ou mesmo o sofrimento do próprio soldado que não concordava com o papel do seu país e o desamparo do negro diante da realidade da frente de batalha, ou mesmo no cotidiano das cidades das colônias africanas foram denunciadas, não só na ficção, mas pela boca dos intelectuais que negavam-se a permanecerem neutros diante da encenação montada pelo regime salazarista. Este, sob a máscara patriótica, mandou para a frente de batalha centenas de soldados traídos pela própria pátria.

De acordo com dados oficiais, do Estado-Maior do Exército (cf. SARAIVA, 1999: 8), mais de 900 mil homens participaram nas três frentes de guerra na África; um contingente correspondente a 1509 batalhões morreu em combate, acidentes e doenças; há registro de que 120 mil antigos combatentes que sobreviveram sofreram de *stress* pós-traumático. Nesses dados, obviamente, não estão incluídas as perdas dos países africanos envolvidos nas guerras coloniais. Assim como também nunca houve uma história oficial honesta que contasse sobre a real situação das colônias ou Províncias Ultramarinas, como queria o governo de Salazar. A sua política desorganizadora no continente africano manteve um sistema colonial economicamente atrasado que dividia a população entre “civilizados” e “não-civilizados” e, para ser considerado “civilizado”, o indivíduo teria que ter 18 anos, ter domínio da língua portuguesa, sustentar a família, além de ter “bom comportamento” e servir ao exército português. Assim, menos de 5% da população se incluía na categoria de “cidadão”

A este respeito, João de Melo descreve duas cenas em Angola que revelam de forma chocante o racismo colonial:

Quando desembarquei em Angola, por azar meu, assisti a dois episódios que me iluminaram como se um fósforo se acendesse na minha cabeça. Estava numa esplanada a tomar uma cerveja. [...] De repente, ouvem-se gritos e vejo o capataz da obra a bater desalmadamente num negro, decerto por alguma coisa de pouca importância. O segundo episódio passa-se numa rua de Luanda, ainda não tinha sido mandado para o Norte: vejo dois negros, um a correr atrás do outro, e o que ia atrás toca inadvertidamente no braço de um branco, um branco magríssimo, esquelético. O negro, assim que lhe toca, volta atrás e pede desculpas. Um negro entroncado, a curvar a cabeça e a dizer: – “Desculpa, patrão, desculpa, pode bater, pode bater... foi sem querer!” E o branco levanta a mão e dá-lhe uma bofetada! E a vida continua, ninguém comenta, ninguém acha mal.

(MELO, 1988)

Aqui, coexistem um capataz que espanca brutalmente um trabalhador e um homem branco que agride um negro que, após um leve esbarrão, se humilha pedindo desculpas e oferecendo-se para ser punido.

Refira-se que a palavra “autópsia” carrega, de sua origem grega, o significado de “ver com os próprios olhos”. Na Literatura pós-25 de Abril, passa a ser uma estética através da qual as narrativas em Língua Portuguesa se constroem. Os seus autores, independentemente do lugar em que nasceram, propõem outros olhares sobre a mesma guerra: um olhar de dentro. Em *Autópsia de um mar de ruínas*, João de Melo provoca

uma espécie de catarse, não apenas de uma, mas de muitas gerações que conviveram com o silêncio mesquinho que furtava vidas e inventava glórias para uma nação mantida sobre os pilares podres de um império que agonizava: o mar em ruínas ou o mar que se cumpriu – sobre os escombros do Império.

Vejamos os casos de outros autores.

José Martins Garcia, outro escritor açoriano, publicou em 1974 *Katafaraum é uma nação*, uma reunião de contos cujo tema gira em torno da situação do país. Seu primeiro romance, *Lugar de massacre* (1975), também retrata o absurdo da guerra em África e o desencanto de oficiais e praças; nada se salva, nem a Pátria, nem o ideal. Essa obra, a propósito, é considerada como a primeira a tratar do tema da guerra colonial.

Mais um autor que escreveu sobre a guerra em território africano é Álvaro Oliveira. Em *Até hoje. Memória de cão* (1985), Oliveira expõe toda a angústia da descrença, do medo, da incerteza de um continente estranho, numa guerra estranha aos sentimentos dos que ali estavam: “Estava na Guiné e pronto, arrancado de sua ilha como velha araucária, ciente de que não passava de pequena acha que se atira para a fogueira do império. Não o deixaram ser Homem. Não o deixariam ser João. Era um número, o 127” (OLIVEIRA, 1988: 56).

Importa que essas obras sejam mais um passo em direção a uma tomada de consciência historicamente necessária, para qualquer país ou nação que queira olhar, ou se olhar, pelos olhos de uma geração, ou de algumas gerações, que se viram parte de uma história mal contada. Porém, antes de ser somente mais um tema em torno da guerra colonial, *Até hoje. Memória de cão* aborda a questão homossexual na sua mais larga abrangência. Trata-se de outro conflito paralelo à guerra. São os valores da sociedade postos em xeque frente a situações limites de vida e morte. A sexualidade (vida!) manifestando-se no supostamente mais viril dos meios; a guerra (morte!) ganhando espaço num conflito brutal entre homem e valores humanos.

Essa literatura lançou algumas discussões, sobretudo porque revelou, pela primeira vez em Portugal, o que realmente acontecia nas frentes de luta. Ainda, existia uma elite conservadora que não queria aceitar e acreditar nas práticas cruéis que aconteciam, e mesmo no abandono das próprias tropas portuguesas; jovens que para lá eram mandados e largados à própria sorte. Depois, o fato de que eram autores portugueses que escreviam do lugar de fala do colonizado, fazendo a denúncia, portanto, do seu “não lugar de fala”.

António Lobo Antunes é outro importante escritor dessa geração. Em sua obra *As naus*, publicada em 1988, o autor consegue discutir duas épocas históricas ideologicamente opostas da história de Portugal, utilizando-se dos mesmos personagens: o século 16, em plena expansão marítima, e os anos 60 e 70 do século 20, quando as colônias africanas ganhavam independência.

Nessa obra, Lobo Antunes reúne, em uma Lisboa escura e degradada, marinheiros, outrora embarcados nas naus dos descobrimentos, que perambulam bêbados por bares, cafés e cinemas pornôis, e personagens como Pedro Álvares Cabral, res-

ponsável pela chegada dos portugueses ao Brasil; Luís de Camões, ali referido por o “homem de nome Luís”; Diogo Cão, primeiro português a desbravar regiões de África por caminhos terrestres; Vasco da Gama, o herói dos *Lusíadas* (1572) que chegou, efetivamente, às Índias; D. Sebastião, o último rei da dinastia de Avis e por quem muitos portugueses, simbolicamente ainda esperam; o Padre António Vieira, eloquente orador do século XVII, perseguido pelo Santo Ofício por tentar proteger os índios brasileiros e os judeus; e outros personagens importantes da história de Portugal, com significativo valor para a identidade portuguesa. Eles são mostrados em situações propositalmente bizarras e mesmo ridículas, improváveis para o posto que ainda ocupam na memória nacional. Esses personagens, construtores do Império Português, acabam de voltar das recém-emancipadas ex-colônias africanas para um Portugal do século XX, não mais poderoso e imperialista; portanto, sem lugar para tais figuras e para o papel que ocuparam na nação. Passam, então, a morar em uma pequena pensão, um local de prostituição, que aloja os retornados de Angola. Pedro Álvares Cabral chega a Lisboa de avião, com a sua mulher, uma negra africana, que logo arruma um emprego para poder sustentá-lo; Luís [de Camões] arrasta, com os braços, o caixão do pai – morto em um tiroteio em África – e passa, sugestivamente, boa parte da narrativa sem poder enterrá-lo em uma sepultura digna. Vasco da Gama, aposentado, leva o seu tempo jogando cartas; Diogo Cão ocupa-se bebendo, e Padre António Vieira surge na história após ser expulso dos cabarés de Lisboa.

Lobo Antunes monta um retrato da decadência da sociedade portuguesa pós-Revolução dos Cravos, na medida em que desmitifica os heróis, de tempos diversos da história *lusíada*, que serviram de pilar à manutenção da política colonial e da ditadura. Também denuncia o abandono em que ficou o território africano das ex-colônias quando Portugal se retira sem qualquer transição política ou plano de cooperação econômica.

Nação e literatura nasceram juntas em Portugal. Afonso Henriques tornou-se o primeiro rei, depois de ganhar a guerra contra a própria mãe, mais ou menos no tempo em que Paio Soares de Taveirós compunha a *Canção de Guarvaia*. Inês de Castro foi rainha depois de morta e D. Sebastião, o rei menino, desapareceu em Alcácer Quibir, enfrentando os próprios sonhos e um exército de mouros no areal, para reaparecer depois no imaginário do seu povo. Foram muitos ganhos e perdas nesse Império que durou séculos, resumidos na poesia de Fernando Pessoa quando afirma, em *Mensagem* (1934): “Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. | Senhor, falta cumprir-se Portugal!” (PESSOA, 1998: 53)

Lembremos alguns acontecimentos. Em 11 de janeiro de 1890, um “memorando” enviado pelo governo inglês exigia de Portugal a retirada das forças militares do território africano compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola (o que equivalia, na época, a uma extensão até os atuais Zimbábue e Zâmbia, de costa a costa no território africano). Esse *ultimatum* foi considerado uma humilhação nacional e internacional, além de um abuso diplomático de um antigo aliado (o Reino Unido).

No início do século XX, o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro Luís Filipe deu início ao processo de instalação da República, o que ocorreu em 1910. Vários governos provisórios se sucederam e, em 1918, o próprio presidente da República, Sidônio Pais, também foi assassinado. O país ficou mergulhado em uma grande crise institucional que durou até 1926, quando o general Gomes da Costa assumiu o governo, dando então início ao que chamou de República Corporativa. A constituição liberal-democrática foi substituída por outra, totalitarista. Em 1932, António de Oliveira Salazar, ministro das finanças desde 1928, assume o cargo de presidente do ministério, implanta o Estado Novo, regime ditatorial, que se estenderá por mais de quarenta anos, e que nada mais era do que um regime corporativista engajado com o fascismo que se organizava, então, na Europa, especialmente na Espanha, na Itália e na Alemanha.

O pensamento sebastianista de Pessoa tentou transformar o pessimismo (ou “vencidismo”) do final do século XIX numa proposta para o Portugal do século XX. O homem que escreveu o texto da “Defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal” (1928), havia nascido em pleno *ultimatum*, um momento difícil da história do seu país, e tentava fazer com que o português redescobrisse na sua alma talvez o mesmo descontentamento que o fez conquistar o mar e construir um Império... Esse homem, também foi o mesmo que escreveu nos versos de *Mensagem*: “Dá o sopro, a aragem – ou desgraça ou ânsia –, | Com que a chama do esforço se remoça, | E outra vez conquistemos a Distância – | Do mar ou outra, mas que seja nossa!” (PESSOA, 1998: 67).

No artigo “A publicação ‘O Interregno’ no contexto político de 1927-1928”, José BARRETO (2012), afirma que Pessoa nunca esclarece que tipo de regime deveria conduzir a Ditadura Militar defendida por ele como um “estado de Transição”. Estado em que estariam suspensas, por uma necessidade ou compulsão temporária, todas as atividades superiores da Nação, acrescentando, porém, que os governantes num período desses tinham de “limitar a sua ação, ao mínimo, ao indispensável, ou seja, à manutenção da ordem pública, tarefa para que estariam idealmente vocacionadas as forças armadas”. Barreto lembra que:

Finalmente, em 1935, [Pessoa] escreveu que o folheto *O Interregno* devia “ser considerado como não existente”, acrescentando todavia: “Há que rever tudo isso e talvez que repudiar muito”.

(BARRETO, 2012: 186)

Em 1926, Pessoa não teria ainda respostas precisas para as questões que ele mesmo defendia, porém acreditava no poder do mito sebastianista como meio de radicar o “sonho” ou “ideal nacional” que faltava na sociedade portuguesa de então:

Portugal tinha “condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um Império” – escrevera Pessoa dois anos antes, em Maio de 1926, na resposta ao inquérito

de Augusto da Costa “Portugal, vasto Império”. Portugal, obviamente, não tinha condições para ser uma grande potência guerreira ou económica, “mas pode ser uma grande potência espiritual; e pode sê-lo porque já o foi: o antigo império português, fundado nas descobertas, era por isso mesmo fundado num fenómeno cultural”. Parecerá ao leitor pessoano de hoje que o conceito mítico de Quinto Império vai surgir a qualquer momento no texto *O Interregno*, mas Pessoa omite-o, ficando-se pela mera sugestão.

(BARRETO, 2012: 190)

É certo que o poeta se preocupava com o presente e o futuro de Portugal e, à parte de questões ideológicas e políticas, muitas vezes ambíguas, e a maior parte delas revistas depois pelo próprio Pessoa, o que mais quero frisar nesta ocasião é a sua crença no mito, ou no sebastianismo, como sentimento capaz de tirar o país da inércia na qual se encontrava.

Onésimo Almeida, em um texto para o “Estado da Arte” (de 6 de setembro de 2021; em linha), explica que se deve entender que a ideologia política de Fernando Pessoa nunca foi linear:

Espírito extremamente arguto, Pessoa expunha-se a toda a espécie de ideias, que se transformavam ao passarem pelo crivo da sua análise. Senhor, porém, de uma personalidade muito especial, foi construindo e alargando essa sua visão única do mundo ao longo de toda a sua vida, com hesitações, ambiguidades e até mesmo enganos, mais tarde corrigidos ou retratados, na sua leitura de alguns acontecimentos políticos, como no conhecido caso do “Interregno”. O seu projecto para Portugal foi igualmente tomando corpo ao longo dos anos. Inicialmente não sabendo bem para onde ia, foi ano após ano sabendo para onde não queria ir. Se pontualmente, neste ou naquele momento da história política do seu tempo, é possível encontrar Pessoa mais reaccionário ou mais liberal, tomadas no conjunto, as suas posições políticas revelam uma consistência notável.

(ALMEIDA, 2021)

Do projeto referido, *Mensagem* foi parte importante.

Entre todas as inúmeras leituras possíveis dessa obra, uma que não pode ser negada é aquela que aponta, no livro, uma visão sebastianista em que os mitos (constructores do Império) serviriam como guias para dissipar o nevoeiro que envolvia Portugal naquele momento (os anos 1930 salazaristas). Ao contrário de leituras óbvias, *Mensagem* não é laudatória, tampouco revela um olhar saudoso sobre o passado; ela aponta para o futuro “A mão sustenta, em que se apoia o rosto. | Fita, com olhar esfíngico e fatal, | O Ocidente, futuro do passado. | O rosto com que fita é Portugal” (PESSOA, 1998: 19).

Assim, o mito é privilegiado pelo poeta como recurso próprio da Pátria. Não há o que procurar fora dela, quando o futuro pode ser construído pelos mesmos heróis do passado, pais espirituais do Portugal futuro – como Ulisses: “Este, que aqui aportou | Foi por não ser existindo. | Sem existir nos bastou” (PESSOA, 1998: 23). O poema evoca Ulisses, o herói que sem existir deu o nome a Lisboa; assim, a lenda a entrar na realidade. Outras figuras são: D. Afonso Henriques, o cavaleiro e

a sua espada que fundaram a Nação: “Pai, foste cavaleiro. | Hoje a vigília é nossa. | Dá-nos o exemplo inteiro | E a tua inteira força!” (PESSOA, 1998: 27); D. Sebastião, Rei de Portugal: “Sem a loucura que é o homem | Mais que a besta sadia, | Cadáver adiado que procria?” (PESSOA, 1998: 37); Nunálvares Pereira, o símbolo da nobreza sem ter nascido nobre, conquistada pela alma e pela espada: “Sperança consumada | S. Portugal em ser, | Ergue a luz da tua espada | Para a estrada se ver!” (PESSOA, 1998: 41); e o Infante, o responsável pela posse do Mar: “Quem te sagrou criou-te português. | Do mar em nós em ti nos deu sinal. | Cumpriu-se o Mar e o Império se desfez. | Senhor, falta cumprir-se Portugal!” (PESSOA, 1998: 53).

Assim, o sebastianismo constituiu importante elemento ético e estético ao projeto de Fernando Pessoa para Portugal. Sabe-se que o poeta deixou textos posteriores nos quais posiciona-se contra o salazarismo e o fascismo – como José Barreto já se ocupou em evidenciar. Fernando Pessoa era um homem do seu tempo; um homem intelectualmente excepcional – do seu tempo. Alguém nascido no final do século XIX, que percebeu a extensão da crise que o seu país enfrentava desde então. Tampouco passou pelos 40 anos da ditadura salazarista; evidentemente, não leu os autores da Literatura pós-25 de Abril. Entretanto, procuramos evidenciar, nesta exposição, como os autores da segunda metade do século XX, especialmente após a Revolução dos Cravos, ecoam inquietações pessoanas, em obras que, finalmente, compõem um espaço de resistência e de manutenção viva da memória. São a memória do que não deve ser esquecido. Finalizo recordando as palavras de Rollo May: “talvez a maior tragédia de um povo seja perder o sentido da história que os mitos dão” (MAY, 1992: 78).

Bibliografia

- ALMEIDA, Onésimo (2021). “*Mensagem – lida à luz do próprio Pessoa*”. *Estado da Arte – Estadão*. São Paulo: 6 de setembro. Ver: <https://estadodaarte.estadao.com.br/literatura/pessoa-mensagem-tinta-china/>
- ANTUNES, Lobo (2023). *As naus*. Coimbra: Almedina.
- BARRETO, José (2012). “A publicação ‘O Interregno’ no contexto político de 1927-1928”. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 2, outono, pp. 174-207. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://doi.org/10.7301/Z0BC3X1Q>
- GARCIA, José Martins (1975). *Lugar de massacre*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ____ (1974). *Karfaraum é uma nação*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- MAY, Rollo (1992). *À procura do mito*. São Paulo: Manole.
- MELO, João de (1997). *Autópsia de um mar de ruínas*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- ____ (1988). “Nunca mais me esqueço” [Entrevista de Clara Ferreira Alves e Francisco Belard]. *A Revista Cultura – jornal Expresso*. Sábado 7 de maio, pp. 62-63.
- OLIVEIRA, Álamo (1988). *Até hoje. Memória de cão*. Lisboa: Signo.
- PESSOA, Fernando (2015). *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*. Edição de José Barreto. Lisboa: Tinta-da-china.
- ____ (1998). *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ____ (1979). *Da República (1910-1935)*. Recolha de textos de Isabel Rocheta e Paula Mourão. Introdução e organização de Joel Serrão. Lisboa: Ática.
- SÁ, Daniel (1992). *Ilha grande fechada*. Lisboa: Edições Salamandra.
- SARAIVA, José Manuel (1999). “Excertos de Guerra”. *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 5 [25 de abril: a revolução dos cravos], Lisboa, abril-junho, pp. 7-15. Biblioteca Digital Camões, <https://bibliotecas.instituto-camoes.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=5267> Nota: A *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974)* encontra-se hoje nesta página: <https://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=217990&img=45046>
- ZILBERMAN, Regina (1989). *Estética da recepção*. São Paulo: Ática.

LÚCIA HELENA MARQUES RIBEIRO é graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (1992), com Mestrado (1996) e Doutorado (2002) em Teoria da Literatura, também pela PUCRS. Realizou pesquisa de Pós-Doutorado em Literatura Infantil de autores portugueses na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2017-2018). Foi professora da Universidade de Passo Fundo – RS, da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA e da Universidade Católica de Brasília. Atualmente, é professora da Universidade Federal de Brasília – UnB, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura – PÓSLIT, na Linha de Estudos Literários Comparados, ministrando aulas e realizando pesquisas de Pós-Doutorado na University of Prince Edward Island, no Canadá. Tem publicações no Brasil e em Portugal nas áreas de Literaturas em Língua Portuguesa, representação e identidade.

LÚCIA HELENA MARQUES RIBEIRO holds a degree in Literature from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul – PUCRS (1992), as well as a Master's (1996) and a PhD (2002) in Literary Theory from the same institution. She conducted postdoctoral research on children's literature by Portuguese authors at the Federal University of Rio Grande do Sul – UFRGS (2017-2018). She has taught at the University of Passo Fundo – RS, the Lutheran University of Brazil – ULBRA, and the Catholic University of Brasília. Currently, she is a professor at the University of Brasília – UnB, affiliated with the Graduate Program in Literature – PÓSLIT, in the Comparative Literary Studies track, where she teaches and conducts postdoctoral research at the University of Prince Edward Island in Canada. She has published works in Brazil and Portugal in the fields of Portuguese-language literatures, representation, and identity.